

O que há de crítica na formação “crítica”? Uma análise de dois cursos de graduação em Administração no Rio de Janeiro

ISSN
1809-9475

What's critical in training “critical”? an analysis of two Management courses in Rio de Janeiro

Artigo
Original

Original
Paper

¹ Rejane Prevot Nascimento

² Bianka Coutinho Alvim Santos

² Ligia do Carmo Martins

² Igor Magalhães Cunha

³ Claudio Marcos Maciel da Silva

Recebido em
08/2013

Aprovado em
12/2013

Palavras-chave

Teoria Crítica

Ensino Superior

Cursos de
Administração

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma análise da disciplina Teoria Geral da Administração nos cursos de graduação em Administração, no que diz respeito ao ensino da Teoria Crítica e dos Estudos Críticos. Para o embasamento teórico, fez-se necessária uma breve contextualização sobre a Teoria Crítica, os Critical Management Studies (CMS) e sobre o ensino superior em Administração no Brasil. A metodologia utilizada no estudo incluiu a realização de entrevistas semi-dirigidas com coordenadores de cursos de Administração. A partir da análise verificou-se que as instituições pesquisadas apresentam realidades distintas quanto à formação crítica dos seus alunos.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the discipline General Theory of Administration in management courses, with regard to the teaching of Critical Theory. For the theoretical background, it was necessary a brief contextualization of Critical Management Studies (CMS) and the Administration on higher education in Brazil. For the study we used the desk research and field research, interviews with semi-directed. From the analysis it was found that the institutions surveyed have different realities as critical to the formation of their students.

Keywords

Critical theory

Undergraduate
teaching

Management courses

¹PPGA / UNIGRANRIO

²UNIGRANRIO

³Universidade Estácio de Sá

1. Introdução

O ensino das teorias das organizações tem se apresentado com um caráter baseado na racionalidade instrumental (Ramos, 1999). Especialmente no Brasil, nos cursos de graduação em Administração é frequente a abordagem das Teorias das Organizações baseada na perspectiva da Teoria Geral da Administração, como se esta se constituísse, de fato, de perspectivas conceituais calcadas em estudos de organizações, reforçando ainda mais este caráter instrumental e reduzindo as possibilidades de reflexão teórica nestes cursos. Tal fenômeno foi acentuado pela proliferação de manuais e compilações das teorias (ditas “administrativas”, embora caracterizadas por um forte cunho interdisciplinar) que influenciaram o pensamento organizacional, sem a necessária contextualização histórica e epistemológica destas teorias.

Entretanto, para Wood (2003, p 69), “as faculdades de administração, como outras escolas, são agentes de socialização. Além de métodos e ferramentas, os pupilos assimilam perspectivas e valores”. Tal afirmação reforça a importância das universidades como transformadoras de indivíduos, no aspecto social e comportamental. As teorias fazem parte da formação do profissional, logo, devem ser colocadas em discussão e reflexão por aqueles que as deveriam absorver, possibilitando um entendimento mais amplo a seu respeito. Neste contexto, torna-se fundamental que os cursos de Administração estejam comprometidos com a formação de administradores que conheçam as teorias, suas origens no campo da ciência e da epistemologia, e que sejam dessa forma capazes de desenvolver um senso crítico e reflexivo sobre estas. A formação de profissionais com capacidade para a crítica possibilitaria, em última análise, o desenvolvimento de material técnico e didático orientado para a realidade brasileira, em detrimento da importação de modelos de “boas práticas” que não atendem às especificidades organizacionais e sociais regionais e às características da cultura local.

Partindo-se desta constatação, este artigo busca responder à questão: os cursos de administração em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas estão formando profissionais críticos? Como objetivo geral, este estudo ocu-

pa-se em analisar a disciplina Teoria Geral da Administração (TGA) nos cursos de administração de duas Instituições de Ensino Superior, localizadas no Rio de Janeiro, aqui denominadas IES “A” e “B”; e estabelecer uma comparação, a fim de verificar se as mesmas estão comprometidas com a formação de indivíduos críticos ou apenas “reprodutores de conceitos”. Como objetivos intermediários espera-se conceituar Teoria Crítica, o movimento dos Critical Management Studies (CMS), os Estudos Críticos e seu papel nos estudos organizacionais e apresentar uma breve descrição do ensino superior em Administração no Brasil.

Optou-se pela análise da disciplina Teoria Geral da Administração por se compreender que, considerando-se as matrizes curriculares e ementas dos cursos de graduação em administração, as abordagens teóricas que fazem parte da formação do administrador são abordadas no âmbito desta disciplina. Não obstante, a análise também considerou outras disciplinas cuja ementa abrangia temas de enfoque crítico.

No sentido de responder à questão proposta, o artigo inicia-se com a apresentação dos pressupostos teóricos da Teoria Crítica e dos Estudos Críticos. Em seguida, discute-se a Teoria Crítica nas Organizações. Na terceira parte, aborda-se a questão do ensino superior em Administração no Brasil, formando assim as bases teóricas para a análise. O percurso metodológico é apresentado na quarta parte do trabalho, seguido da análise dos dois cursos de graduação em Administração e das Considerações finais do estudo.

2. Revisão da Literatura

2.1. A Teoria Crítica

A Teoria Crítica surge do inconformismo com os pilares da sociedade capitalista e pela necessidade de transformação da realidade social nesta sociedade e, conseqüentemente, das organizações que atuam como motores da dominação do homem neste sistema, tornando-o escravo de seus valores e restringindo sua possibilidade de pensamento livre e autônomo. Ramos (1999, p. 14) afirma que:

O que mantém uma sociedade em funcionamento como importante ordem coesiva é a aceitação, pelos seus membros, dos símbolos através dos quais ela faz sua própria interpretação. A interação simbólica é a essência da vida social significativa e, portanto, para usar uma expressão de Kenneth Burke, a “simbolicidade” constitui um atributo essencial da ação humana. Significado, na vida humana e social, é obtido através da prática da interação simbólica. Mas, na sociedade industrial, o significado foi subordinado ao imperativo do controle técnico da natureza e da acumulação de capital.

A Teoria Crítica é reconhecida como uma corrente teórico-epistemológica que influenciou cientistas sociais e filósofos do ocidente no início do século XX, fundada por um grupo de pensadores vinculados ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt (Gabriel, 2008), denominado posteriormente como a “Escola de Frankfurt”. A Escola de Frankfurt foi fundada em 1923 e entre os teóricos críticos remanescentes desta escola destacam-se alguns nomes como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamim e Erich Fromm. O filósofo alemão Jürgen Habermas é visto como um dos principais expoentes desta tradição teórica na atualidade (Gabriel, 2008; Scherer, 2009).

Conceitua-se a Teoria Crítica e seus elementos predominantemente a partir de Marx e Freud, na medida em que estes autores definem a civilização capitalista ocidental como “profounding alienating and alienated” (Gabriel, 2008, p. 62). Neste sentido, a Teoria Crítica consistiria, de acordo com os Teóricos da Escola de Frankfurt, em um conjunto de ideias cujo objetivo principal seria o de promover a libertação do indivíduo do estado de alienação imposto pelo capitalismo, possibilitando a sua emancipação e o resgate do pensamento crítico. Segundo Gabriel (2008, p. 62):

The Frankfurt School advocated critical theory as an emancipatory form of knowledge, which brings about an elimination of false consciousness and opens up the possibility of new forms of society free

from oppression and exploitation. They viewed exploitation not only in material terms (freedom from exploitation at the workplace), but also in other spheres including sexual, aesthetic, and moral. [...] In the sphere of epistemology, they offered influential critiques of positivism and empiricism, arguing that these approaches make the pathologies of contemporary societies (crime, suicide, divorce, etc.) appear natural and inevitable, instead of establishing the way that they are socially defined and rooted and how they may eventually be overcome.

Em seu livro sobre a Teoria Crítica nas Organizações, Paula (2008) afirma que: “[...] a teoria crítica sempre expressou interesse pela abolição da injustiça social, além de um compromisso com a integridade e liberdade do indivíduo, atacando a estrutura ideológica e institucional da opressão” (Paula, 2008, p.2).

O termo “Teoria Crítica” foi criado por Horkheimer, em 1937 em seu trabalho “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, com o intuito de se opor a todas as teorias “tradicionais” existentes, principalmente à ciência desenvolvida a partir das bases do racionalismo cartesiano e do paradigma funcionalista, estabelecendo suas bases na crítica social que já era defendida por Marx. Neste texto, Horkheimer aborda os princípios da Teoria Tradicional, fundados a partir da filosofia de René Descartes. O método introduzido por Descartes leva, segundo o autor, a abordagem dos fenômenos a partir da separação entre indivíduo e sociedade, o desaparecimento da noção de classe social e a simplificação e eliminação da práxis social (Horkheimer, 1975). A Teoria Tradicional baseia-se nos pressupostos das ciências naturais e exatas, em especial a matemática, as quais servem de referências de rigor científico para as outras áreas do conhecimento. Como consequência, há uma predominância do método dedutivo em todos os campos da ciência, desde a matemática até as ciências sociais. Horkheimer identifica aí o problema da construção acrítica da teoria, sem questionamentos sobre a forma como esta é produzida e seu distanciamento da realidade empírica. Horkheimer (1975) critica, assim, a Teoria Tradicional no sentido em que para esta

há uma distinção entre o nível do conhecimento, representado pela teoria, e o nível da transformação histórica, representado pela empiria, postura esta identificada inclusive na própria ciência social tradicional:

Não é o significado da teoria em geral que é questionado aqui, mas a teoria ‘de cima para baixo’, por outros, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular. Diferenciações, como por exemplo, entre coletividade e sociedade (Toennies), entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica (Durkheim), entre cultura e civilização (A. Weber), empregadas como formas fundamentais de socialização humana, desvendam imediatamente sua problemática, se intenta aplicá-las a problemas concretos (Horkheimer, 1975, p.127).

Desta forma, o comportamento crítico emerge da noção da contradição inerente às bases econômicas da sociedade, e do incômodo do sujeito frente à esta contradição. O teórico Tradicional, ao contrário, sente-se satisfeito enquanto adaptado à sociedade. O contexto objeto de análise da Teoria Crítica é visto por Horkheimer (1975), neste sentido, como condicionado pela divisão imposta ao trabalho e pela diferença de classes:

Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo da economia vigente e o todo cultural nele baseado como trabalho humano, e como a organização de que a humanidade foi capaz e que impôs a si mesma na época atual, aqueles sujeitos se identificam, a si mesmos, com esse todo, e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo. Por outro lado, descobrem que a sociedade é comparável com processos naturais extra-humanos, meros mecanismos, porque as formas culturais baseadas em luta e opressão não é a prova de uma unidade consciente e unitária. Em outras palavras: esse mundo não é o deles, mas sim o do capital.

Aliás, a história não pôde até agora ser compreendida a rigor, pois compreensíveis são apenas os indivíduos e grupos isolados, e mesmo essa compreensão não se dá de forma exaustiva, uma vez que eles, por força de uma dependência interna de uma sociedade desumana, são ainda funções meramente mecânicas, inclusive na ação consciente. Aquela identificação é, portanto, contraditória, pois encerra em si uma contradição que caracteriza em si todos os conceitos da maneira de pensar crítica. (Horkheimer, 1975, p. 138)

Percebe-se, a partir da leitura do trecho acima, que para Horkheimer a teoria tradicional enxerga a realidade como algo exterior ao indivíduo, a qual só pode ser apreendida com base no distanciamento, estabelecendo assim um afastamento entre o conhecimento, o saber e a ação. O conhecimento de uma dada realidade só seria possível, de acordo com esta noção, por meio do distanciamento desta realidade. Horkheimer reconhece que o conhecimento é distinto da ação, mas propõe que ambos podem ser construídos em conjunto, uma vez que a própria realidade é fruto da ação humana. É neste contexto que a crítica se orienta pela transformação da realidade dos homens, de acordo com Horkheimer, para a emancipação.

Neste sentido, a teoria crítica se dedica ao exame do mercado e suas relações, tendo como centro a emancipação, ou seja, a busca da liberdade e da igualdade do indivíduo na sociedade capitalista. A orientação para a emancipação do homem na sociedade e a manutenção do comportamento crítico são os princípios básicos da teoria (Vieira & Caldas, 2006). No campo epistemológico, a Teoria Crítica se situa, segundo os paradigmas das ciências sociais propostos por Burrell e Morgan (1979, como citado por Morgan, 1980, p. 608), sob a visão humanista radical. As teorias que se constroem sob a concepção humanista, segundo Morgan (1980) buscam formas de superação do processo de dominação e alienação que se dão na realidade social capitalista.

Entende-se, assim, que a Teoria Crítica propõe um questionamento dos estudos teóricos tradicionais, em particular o conhecimento funcionalista, oferecendo uma visão alternativa do mundo capitalista. Há uma preocupação, en-

tre os teóricos críticos, em mostrar “não como as coisas são, mas como elas poderiam ser” (Vieira & Caldas, 2006, p. 60). O pensamento crítico focaliza a ação que gera a teoria, não admitindo a neutralidade dos estudos tradicionais positivistas. Desta forma os estudos funcionalistas e positivistas tradicionais são vistos como parciais diante dos estudos críticos (Horkheimer, 1975; Vieira & Caldas, 2006).

O filósofo alemão Jürgen Habermas é na atualidade o principal remanescente da Escola de Frankfurt, e um dos poucos teóricos no mundo que mantém a tradição crítica em seus ensaios teóricos. Em seu trabalho “Técnica e Ciência como Ideologia” (1975), Habermas aborda a dominação imposta à sociedade pela racionalidade técnica, a qual, ao proporcionar aos homens o controle da natureza e a obtenção e uso de seus recursos, tem como consequência a submissão de todas as outras racionalidades à sua lógica, que é, em última análise, a lógica do capital.

Paula (2008, p. 2) afirma que o objetivo da Teoria Crítica é:

[...] promover a reflexividade e uma nova base para a práxis, que uniria teoria e prática, realizando as seguintes tarefas: uma oposição ao determinismo econômico e a qualquer teoria etapista da História, por meio da crítica ao “socialismo realmente existente”; e um resgate da relação entre o marxismo e a filosofia para fazer uma revisão das categorias marxistas e da teoria anacrônica da revolução inserida pela leitura que Lênin faz da obra de Marx, desnudando o que dificulta a prática revolucionária e o seu desfecho emancipatório.

Mais uma vez fica explícito o objeto principal da teoria crítica, qual seja, o estímulo ao questionamento, ao desenvolvimento de uma postura reflexiva quanto aos conceitos impressos pela racionalidade, uma possível emancipação do homem. Entretanto, como expõe Baumann (2001, p.31):

A questão é, porém, que a sociedade contemporânea deu à “hospitalidade à crítica” um sentido inteiramente novo e inventou um modo de acomodar o pensamento e a ação críticas, permanecendo imune às con-

seqüências dessa acomodação e saindo, assim, intacta e sem cicatrizes – reforçada, e não enfraquecida – das tentativas e testes da “política de portas abertas”.

Alvesson e Deetz afirmam que:

[...] à teoria crítica é dado um significado amplo que inclui todos os trabalhos que levam a uma posição basicamente crítica ou radical na sociedade contemporânea, com uma orientação direcionada para a investigação da exploração, repressão, injustiça, relações de poder assimétricas [...], comunicação distorcida e falsa consciência. (Alvesson & Deetz, 2006 p. 229).

Percebe-se na afirmação acima, disposição de ir contra todos os comportamentos que inibem a atuação do homem nas organizações e, conseqüentemente, na sociedade, não desprezando as teorias dominantes, e sim descontinando para uma melhor reflexão acerca do papel do homem nas organizações.

Percebe-se, desta forma, que a sociedade em que vivemos deixou de se questionar, diante da não obrigatoriedade de refletir e até mesmo de validar suas suposições tácitas e/ou declaradas e, neste contexto, a formação universitária tem o papel fundamental de propor ao estudante leituras e visões de mundo alternativas à visão tradicional funcionalista positivista.

2.2. Os *Critical Management Studies* e os Estudos Críticos

A emergência dos estudos críticos sobre as organizações ocorre a partir do movimento conhecido como *Critical Management Studies* (CMS), a partir da publicação de um livro com o mesmo nome por Alvesson e Willmott na década de 90, o que fez com que o tema fosse centro de estudos, conferências e discussões. O objetivo do movimento é imprimir no gestor a idéia de que a gerência de organizações é um fenômeno político, cultural e ideológico, e não simplesmente uma função técnica (Paula, 2008).

As ideias formuladas pela Teoria Crítica podem ser vistas como as bases filosóficas predominantes na constituição dos CMS (Scherer, 2009). Além da Teoria Crítica, as outras corren-

tes teórico-epistemológicas que influenciaram os CMS foram a Teoria do Processo de Trabalho (Labour Process Theory), o Pós-Estruturalismo e o realismo crítico (Scherer, 2009).

Os CMS propõem um questionamento da autoridade e da relevância do pensamento e da prática gerencial dominante (Alvesson, Bridgman, & Willmott, 2009). Os estudos realizados sob esta perspectiva concentram-se no estudo da gestão, e às vezes, segundo Alvesson, Bridgman e Willmott (2009), contra a gestão, muito mais do que no desenvolvimento de técnicas de gestão. As ferramentas gerenciais, sob a visão desta corrente de estudos, são definidas como formas de dominação e de manutenção das relações de submissão e dependência do indivíduo às organizações e suas estruturas, como explicita Gabriel (2009, p. 63) : “Critical management studies theorists investigate how power is exercised in subtle and invisible forms”.

A gestão sempre esteve voltada para a concepção de que o homem era parte de um maquinário maior, identificado com os objetivos da própria organização. Motta (1998) afirma que o (considerado pela administração clássica) “bom” administrador é aquele que saberá planejar cuidadosamente seus passos, organizar racionalmente as atividades dos subordinados e controlar tais atividades, conduzindo-as em direção aos objetivos organizacionais. Os principais autores que difundiram estes conceitos na área foram o americano Frederick Taylor e o francês Henri Fayol. De forma resumida, as concepções da escola clássica com relação às organizações são: a eficiência da empresa está relacionada com a divisão do trabalho; agrupamento de tarefas em departamentos obedecendo a critérios da semelhança de objetos; número reduzido de subordinados para cada chefe; centralização das decisões e organização de tarefas de forma a criar uma estrutura ideal.

Na contemporaneidade, sobretudo após a difusão dos métodos de gestão influenciados pelo modelo toyotista e pelas técnicas japonesas de gerenciamento na década de 70, as ferramentas gerenciais utilizam-se de formas de dominação não explícitas, que atuam muito mais sobre as instâncias subjetivas do indivíduo e muito menos sobre o controle físico ou material. A figura do chefe ou gerente é substituída pela figura do “líder”; o funcionário, ou trabalhador, desa-

parece, dando lugar ao “colaborador”, os níveis hierárquicos são sublimados pela ideia de “equipe” ou “time” de trabalho, que ensejam a falsa percepção de que “todos são iguais” e estão trabalhando “em torno de uma mesma meta”. Há a proliferação dos programas motivacionais e dos treinamentos corporativos, muitas vezes online, que capturam o indivíduo para o centro da filosofia corporativa, tal como uma religião cuja missão é propagar o pensamento único: o comprometimento com as metas organizacionais.

Do ponto de vista crítico, as organizações concebidas e geridas sob a ótica racionalista funcionalista podem ser associadas a instrumentos de dominação do homem (Morgan, 1999). Nas organizações o funcionário é pago apenas para desenvolver a sua atividade, repetir regras e procedimentos traçados por outros e não para imprimir qualquer característica própria na organização. Deixa-se de lado a essência de cada um, e coloca-se, acima de tudo, o objetivo organizacional, onde o ser humano deve estar inserido em um modelo que é comum a todos (Aktouf, 2001).

Os CMS tem como pressuposto contrapor o paradigma clássico, emancipar o homem desta prisão organizacional. Alvesson e Deetz (2006) afirmam que o centro da teoria crítica nas organizações é levar o homem à percepção de que o trabalho não pode ser propósito de dominação, e sim uma oportunidade comum de contribuir para uma realidade organizacional voltada para o desenvolvimento de todos os que estiverem inseridos neste contexto. Os autores do movimento CMS partem do pressuposto de que a organização serve para atender à uma dada elite, à alguns grupos ou interesses em detrimento dos interesses ou sobrevivência de outros grupos que encontram-se em condição de desvantagem. É neste sentido que todos os grupos sociais devem ter a possibilidade de emancipação (Alvesson, Bridgman, & Willmott, 2009).

Mas, afinal, o que é crítica? Como definir os estudos críticos, seja ele influenciado ou não pelos pressupostos da Teoria Crítica ou dos CMS? A crítica pode ser entendida como qualquer tentativa de reflexão que busca visões alternativas ao pensamento dominante. A capacidade de crítica é fundamental para o aprendizado e para a construção do conhecimento. Gabriel (2008) propõe uma definição:

Criticism can be positive or negative – at its most basic it involves a judgement of quality. Negative criticism entails a dissatisfaction with the status quo and a decision to challenge it in some way. At its simplest, it states ‘x is not good’, where x can be a work of art, a person, a theory, or virtually anything else. At more elaborate level, criticism states ‘x is not what it seems; it then seeks to show that what seemed incontestable can be challenged and shown to be contestable and untrue.

Desta forma, pode se definir como críticos estudos que buscam propor explicações alternativas ao “mainstream”, reflexões contrárias ao pensamento gerencialista dominante, ensaios, pesquisas, trabalhos que buscam dar voz às minorias, aos indivíduos silenciados, que descortinam o implícito, o sutil, e revelam o subentendido; que explicitam seu inconformismo com o status quo ou que não compactuam, epistemologicamente ou metodologicamente, com o paradigma funcionalista.

2.3. A Educação Superior em Administração no Brasil

O contexto para a formação de administradores no Brasil começou a tomar forma na década de quarenta, com a necessidade de profissionais especializados nesta área. Porém, foi em 1952, quando os EUA já formavam em torno de 50 mil bacharéis em Administração, que o ensino desta área se iniciava no Brasil (CFA).

Atualmente, quase 500 mil profissionais são formados por ano, atuando nas mais diversas áreas, devido à grande expansão do curso no país. Diante deste crescimento, encontra-se uma grande variedade de especializações dentro da área de Administração, formando profissionais de diferentes competências e habilitações (Saraiva, 2007). Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), em 2011 havia 2.365 cursos espalhados pelo Brasil, em instituições públicas e privadas. Em 2011 havia 843.197 alunos matriculados no curso de Administração.

O grande problema desta expansão é a massificação dos cursos, deixando em segundo plano a qualidade para se buscar uma quantidade

de maior de matrículas e aprovações. Esta visão assemelha-se, segundo Alcadipani e Bresler (2000, como citado por Paula & Rodrigues, 2006) ao processo de “macdonaldização”, comparando os cursos às cadeias de fast-food, onde há uma busca de padronização de informações e maximização da quantidade de alunos. Esta referência já era ressaltada por Tragtenberg (1979 como citado por Paula & Rodrigues, 2006) que apontou, há mais de duas décadas, uma certa “delinquência” acadêmica da área.

Schwartzman e Schwartzman (2002) observaram que o crescimento sem planejamento de diversas instituições de ensino levaria a uma concorrência acirrada, em função da fixação de preços de mensalidades baixas. Neste cenário, o aumento da concorrência, com a entrada de grupos financeiros, levou a uma série de fusões e aquisições no setor educação. Durante o período entre 2007 e 2012, o setor educacional teve um grande número de fusões e aquisições. Mais de oitenta casos foram verificados nesse período. No final de 2012, temos três grandes grupos de ensino com ações cotadas na Bovespa: Kroton, Anhanguera e Estácio.

Para que possa gerenciar esse crescimento, a instituição de ensino, então, otimiza ao máximo a sua estrutura administrativa, para que possa alcançar a economia de escala. De forma a monitorar essa ação, diversos indicadores de produtividade são utilizados: número de alunos por disciplina, taxa de ocupação de sala de aula, custo-docente por curso, etc. Neste contexto, o aluno passa a ser tratado como cliente, com isso, o objetivo de educar é transformado em simplesmente atender o que o cliente deseja, uma vez que o lucro parte dele (Saraiva, 2007).

Barcellos et al (2011) afirma que o curso de administração possui o desafio de delimitar a autonomia e identidade em um cenário onde a universidade está cada vez mais vinculada as demandas do mercado. A formação do administrador não pode estar apenas restrita a organizações que busquem apenas o lucro econômico, e sim para atuar em diversas formas de organização (tais como organizações do terceiro setor, administração pública, etc.).

Siqueira (2013) assinala que os próprios projetos pedagógicos não possuem papel de destaque na gestão de um curso, uma vez que a ótica de viabilidade financeira é a principal meta s ser

atingida. Segundo o próprio autor, que também é presidente do Conselho Regional de Administração (CRA-RJ), “os badalados projetos pedagógicos são muitas vezes cópias de modelos bem sucedidos alhures, em que o critério de “redução sociológica de adaptação à realidade” não passa de digitação do tipo ctrl+c e ctrl+v”.

Diante do exposto, percebe-se que o ensino passa a ser utilizado para atender o “consumismo” dos indivíduos, que buscam uma profissionalização sem dar ênfase à possibilidade de agregar, em larga escala, conhecimento que não seja para o desenvolvimento de habilidades. Leva-se a uma reprodução do que fazer, sem incentivar um questionamento, por parte do aluno, do que se pode ser utilizado e absorvido ou não, ou seja, o curso de administração veio atender ao desejo das organizações de contar com um profissional capaz de atuar efetivamente apenas no que elas desejam. O curso de Administração precisa ser de fato um curso de Ciência Social Aplicada, e não apenas uma ciência que só tem sido aplicada (Saraiva, 2011)

De acordo com o MEC (Ministério da Educação), na Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2005, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, dispõe no artigo 5º § II, os conteúdos de formação profissional do curso são: teorias da administração e das organizações, administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços.

Dentre estas áreas específicas, destaca-se a disciplina teorias da administração que oferece uma possibilidade de conhecimento das diferentes áreas abrangidas pelo curso, dando oportunidade do aluno compreender historicamente e conceitualmente as organizações e suas inter-relações.

3. Metodologia do Estudo

Este estudo é de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Flick (2009), busca compreender fenômenos sociais particulares considerando o sujeito em seu contexto, e possibilita uma análise mais complexa de situações cuja compreensão transcende as correlações de

causa e efeito. A pesquisa qualitativa é a abordagem mais alinhada com os estudos empíricos de orientação crítica (Alvesson & Deetz, 2000), orientação esta que caracteriza este trabalho.

As ferramentas de coleta de dados utilizadas foram a pesquisa documental, posto que foram consultados documentos institucionais dos cursos e IES pesquisadas, tais como o Projeto Pedagógico do Curso, Ementas das disciplinas e os Projetos Pedagógicos Institucionais e a pesquisa de campo, uma vez que foram realizadas visitas às IES pesquisadas, em diferentes momentos, para a coleta de dados primários. A pesquisa de campo incluiu a realização de entrevistas, por meio de roteiros semiestruturados, com coordenadores dos cursos analisados. É importante mencionar que as entrevistas foram realizadas após a leitura dos Projetos Pedagógicos e das Ementas dos cursos, a fim de possibilitar uma melhor compreensão dos documentos pesquisados e abordar as dúvidas e questões que emergiram após esta leitura. Desta forma, o roteiro de entrevista foi construído considerando-se as especificidades de cada curso, com perguntas gerais que abordavam a definição de crítica e estudos críticos e questões mais relacionadas às características de cada ementa em particular.

A escolha das duas IES analisadas seguiu o critério de acessibilidade. Ambas as instituições possuem unidades no estado do Rio de Janeiro, a IES A em mais de um município. A entrevista realizada com o coordenador da IES A foi realizada pelos entrevistadores na presença do entrevistado. A outra entrevista, com a IES B, foi realizada por intermédio de correio eletrônico. A análise dos dados foi realizada utilizando-se o método da análise de conteúdo.

4. O Ensino da Disciplina Teorias da Administração

Nesta seção serão apresentados os dados e interpretações obtidos na pesquisa documental e na pesquisa de campo junto às IES pesquisadas. A análise dos dados obtidos e as considerações sobre o estudo serão apresentadas na seção final deste trabalho.

4.4. O Ensino da Disciplina Teorias da Administração na IES A

A IES A está localizada no Estado do Rio de Janeiro e conta com unidades espalhadas em todo o estado e é uma das duas maiores IES, em número de alunos, do Rio de Janeiro. O curso de Administração, nesta instituição, foi reconhecido pelo MEC há mais de vinte anos e tem o perfil de formação de profissionais orientados para o mercado, porém, conforme ressaltado em seu Projeto Pedagógico, com o desenvolvimento de um olhar crítico da gestão empresarial. A mensalidade do curso de Administração desta IES, conforme ressaltado pelo coordenador entrevistado, situa-se entre as mais baixas dentre as IES do estado, possibilitando o acesso a este curso de alunos oriundos da classe C, que já estão no mercado de trabalho, sendo este o perfil predominante dos alunos.

No Projeto Pedagógico do curso, um dos objetivos específicos apresentados consiste em estimular no aluno uma visão crítica e analítica, desenvolvida por meio de ações que incentivem a pesquisa científica, visão esta reforçada pelo coordenador do curso de administração entrevistado. O referido coordenador concorda que o objetivo é formar alunos críticos que não aceitem conceitos prontos sem, ao menos, questionar se são válidos ou não, porém completa que a prática não reflete o que está escrito. Os alunos não são levados a questionar e sim a assimilar e aceitar conceitos e ideias apresentadas pelos professores. Ele afirma ainda que, em um cenário mais agravante, os professores ainda não estão preparados para este tipo de aluno, crítico, questionador, pensante, pois isso acarretaria uma maior necessidade de atualização por parte do próprio professor.

Segundo o entrevistado, o erro começa na visão que os professores, e até coordenadores, têm dos alunos da Instituição, rotulados como “limitados, com poucos recursos, sem possibilidades de comprar livros e, por isso, caracterizados como um aluno de segunda categoria”. Com isso, os professores não se dedicam, não se doam “oferecendo o máximo” e, como consequência, formam-se profissionais de fato de “segunda categoria”, de acordo com seu relato, repetidores de conceitos e ideias. E, segundo ele, esta visão não é própria somente da disciplina de Teorias e sim do curso como um todo.

Observa-se que a ementa da disciplina Teorias da Administração I abrange as teorias administrativas, em termos cronológicos, desde a Teoria da Administração Científica até a Teoria da Contingência. Os livros utilizados nesta disciplina são Andrade e Amboni (2009) e Chiavenato (2000; 2004). O enfoque presente no Programa analisado trata mesmo teorias organizacionais no âmbito das Teorias da Administração (como por exemplo, a “Teoria” da Burocracia). Em todo o currículo do curso não há espaço para a discussão da Teoria Crítica ou de Estudos Críticos, caracterizando-se o conteúdo geral do curso por uma perspectiva instrumental funcionalista. Da mesma forma, não há uma disciplina dedicada à Teoria das Organizações, de modo que a formação oferecida ao graduando deixa de lado as teorias mais recentes, entre elas a Teoria Crítica. Em Teorias da Administração II, onde se poderia dar uma continuidade ao pensamento teórico, com abordagens mais recentes, percebe-se uma preocupação em apresentar somente ferramentas administrativas. O esforço de ensinar o conteúdo instrumental é explicado pelo entrevistado como uma necessidade de se apresentar o aluno ao mundo capitalista dos negócios, oferecendo-o aquilo que as empresas esperam que eles saibam, muitas vezes recaindo em fórmulas e modelos pré-estabelecidos.

Percebe-se, ao analisar as competências das disciplinas, que não há uma preocupação em estimular no aluno o pensamento crítico, e sim de apresentar as técnicas, ferramentas, teorias, imprimindo um viés instrumental. Diante do exposto anteriormente, os alunos tendem a simplesmente reproduzir estes conceitos, sem um questionamento se estes são pertinentes ou não.

O coordenador entrevistado afirma, ainda, que se faz necessário um processo de reeducação dos professores para trabalhar com a disciplina Teorias da Administração, pois ela tem uma característica diferenciada, com assuntos mais complexos e abstratos, além de ter um caráter inter e multidisciplinar, abrangendo conceitos da psicologia, sociologia, antropologia, entre outros, que dificulta o seu entendimento por parte do aluno. Isso pode resultar numa dificuldade do professor em discernir a melhor forma de trabalhar esses conceitos. Entende-se, então, que a mudança deste cenário só será pos-

sível se houver, primeiramente, uma mudança de postura ou mesmo de formação do professor, para que, posteriormente, com a alteração da ementa da disciplina possam se alcançar os resultados esperados nos alunos.

4.5. O Ensino da Disciplina Teorias da Administração na IES B

A IES B tem sua sede localizada em São Paulo, com unidades no Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, e pertence ao seletivo grupo de instituições que receberam nota máxima em todas as avaliações (provões) do MEC. Faz parte da missão desta IES formar “empreendedores e profissionais com perfil de liderança”. Além disso, cultiva valores como ética, excelência e ensino, responsabilidade social e inovação. O curso de graduação em Administração foi inserido ao leque de opções de cursos da Instituição no ano de 1991, quando a IES posicionou-se como uma escola voltada para o mercado.

O curso de Administração na IES B tem o perfil de formação de profissionais que tenham visão “holística” da gestão, segundo os documentos pesquisados, sendo também especializados em determinadas áreas. Para isso, o candidato ao curso pode optar por uma das duas linhas oferecidas: ênfase em Negócios e ênfase em Marketing e Entretenimento, sendo a primeira “mais generalista, mais focada na proatividade e na visão macro do mercado”; e a segunda mais voltada para uma área específica. A mensalidade cobrada para este curso é uma das mais altas entre os cursos de graduação em Administração do estado, atraindo alunos das classes A e B.

No que se refere ao ensino das teorias organizacionais e administrativas, o curso oferece três disciplinas: Teoria Geral da Administração (TGA), Teoria das Organizações e Teoria Administrativa Crítica. Na concepção do coordenador entrevistado, o pensamento crítico é desenvolvido ao longo do curso, a disciplina de TGA não tem como objetivo o pensamento crítico e sim apenas apresentar as teorias que serão revistas e discutidas no decorrer do curso, em disciplinas como Teoria das Organizações, Comportamento Organizacional, Estratégia Empresarial, Recursos Humanos e outras. A disciplina Teoria Administrativa Crítica, ofere-

cida no fim do curso, tem o objetivo de resgatar tudo o que foi aprendido e vivenciado, com o propósito de desenvolver o pensamento crítico.

Em Teoria Geral da Administração o aluno estuda a Administração e o Administrador, as Organizações e seu ambiente, História do Pensamento Administrativo, Abordagem Clássica, Abordagens Humana e Comportamental, Abordagem Estruturalista e do Desenvolvimento Organizacional, Teorias Sistêmicas e Contingencial e Perspectivas Contemporâneas. Espera-se, ao final da disciplina, que o aluno seja capaz de refletir sobre a realidade da administração contemporânea à luz da compreensão do processo histórico de seu desenvolvimento.

Os autores utilizados na disciplina Teoria Geral da Administração são: Andrade e Amboni (2009), Chiavenato (2000; 2004), Maximiano (2004), Robbins (2000), Silva (2001), Motta (1998), Daft (2002), Stoner (2002) e Morgan (1999).

Percebe-se que tanto a ementa quanto a bibliografia utilizada neste curso não diferem daqueles utilizados no curso da IES A. No relato do entrevistado verifica-se também que o enfoque desta disciplina possui também um caráter instrumental.

A disciplina Teoria das Organizações contempla os Fundamentos das Organizações, Evolução da Teoria sobre as Organizações, Estrutura e Projeto Organizacional de Governança e Gestão, Cultura Organizacional e Valores Éticos, Conflito, Poder e Política nas Organizações e Inovação e Mudança Organizacional. Ao final do curso o aluno deverá conhecer os principais elementos conceituais das principais teorias organizacionais, com ênfase na arquitetura e nas dimensões das organizações (complexidade, tecnologia e cultura) e pensar estrategicamente os pontos críticos da dinâmica organizacional, discutindo problemas, soluções, tendências e desafios das empresas nacionais e internacionais.

Verifica-se, na análise da ementa desta disciplina, que diferentes conceitos e temáticas são incluídos sob a nomenclatura de “Teorias Organizacionais” sem que haja, necessariamente, associação de tais conceitos com esta perspectiva teórica. Além disso, é apresentado como objetivo da disciplina o desenvolvimento do “pensar estratégico” do aluno e, pelo que

se pode inferir, a visão crítica que se pretende incutir no aluno limita-se aquela que permite a identificação de problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento e a implementação das ferramentas de gestão, possibilitando o aluno visualizar soluções para estes problemas.

A disciplina Teoria Administrativa Crítica aborda os tópicos: a Corporação, Paradigmas, Assédio Moral, Corrosão do Caráter, Simbolismo nas Organizações, Modismos Gerenciais, Globalização e Ensino da Administração. Ao término do curso espera-se que o aluno seja capaz de formular reflexões críticas sobre realidade das organizações e do trabalho, aplicando conceitos de Teoria Crítica para analisar uma situação organizacional previamente definida.

A bibliografia básica da disciplina Teoria Administrativa Crítica compõe-se de autores como Boaventura de Souza Santos e Richard Senett. A bibliografia complementar inclui autores como Thomas Wood Jr., Maria Ester de Freitas e Omar Aktouf, além do livro clássico no estudo de epistemologia e análise organizacional: “Sociological Paradigms Organizational Analysis”, de Gibson Burrell e Gareth Morgan.

Observa-se que, a partir do conteúdo programático e a bibliografia (básica e complementar) da disciplina Teoria Administrativa Crítica, há um estímulo para que os alunos desenvolvam um olhar crítico sobre as teorias da administração e das organizações, possibilitando, desta forma, o alcance dos objetivos da mesma, oferecendo aos alunos a oportunidade de ter uma visão do pensamento crítico nos estudos organizacionais.

5. Algumas Considerações

É pertinente ressaltar a importância do pensamento crítico para a formação do administrador na contemporaneidade, sobretudo considerando-se as características dos modelos de gestão utilizados atualmente. O homem deve ter a capacidade de pensar, de questionar modelos pré-estabelecidos, de quebrar paradigmas que obscurecem a sua autonomia de agir nas organizações e na sociedade. Por esta razão é que se observa uma ruptura no papel essencial das Instituições de Ensino, quando pregam que estão voltadas para o mercado. O objetivo da

educação deve estar voltado para a emancipação do homem e não para o seu enquadramento em padrões organizacionais estruturados, na racionalidade excessiva do mercado.

A partir dos dois cursos analisados percebe-se que a crítica, ou o estímulo ao pensamento crítico, existe apenas na redação dos Projetos Pedagógicos ou nos objetivos explicitados, mas não na formação oferecida. Desta forma, há muito pouco de crítica na formação crítica nas IES estudadas. No caso da IES A, conforme destacado inclusive pelo próprio coordenador, a estrutura do ensino, em conjunto com o conteúdo das disciplinas são incapazes de despertar uma reflexão crítica nos estudantes. Há uma clara orientação para a formação técnica, que atenda às demandas impostas pelo “mercado”. Este discurso pela formação de um profissional que atenda a este “mercado” justifica implicitamente o uso exclusivo das teorias tradicionais nos planos de ensino da disciplina Teoria Geral de Administração.

Por outro lado, considerando-se a origem socioeconômica da maioria dos estudantes deste curso, um esforço para o ensino dos pressupostos do CMS ou o contato com estudos de orientação crítica poderia possibilitar a estes futuros profissionais uma forma alternativa de enxergar a sua profissão? Ou ainda, não poderia despertá-los para uma ação emancipatória?

Todos estes questionamentos vão ao encontro das ideias de Horkheimer, já comentadas ao longo deste artigo. O conhecimento e ação, apesar de serem distintos, podem caminhar juntos. O aluno ao ter contato com as perspectivas críticas, pode ter uma formação mais completa não apenas para o simples acesso ao mercado de trabalho, e sim para a sua atuação na sociedade.

No caso do curso da IES B, verifica-se um esforço, ainda que tímido, para dar acesso aos estudantes ao pensamento alternativo ao mainstream. Observa-se que existe a preocupação em desenvolver entre alunos e professores a crítica e o questionamento, principalmente por meio da disciplina Teoria Administrativa Crítica, que segundo o coordenador entrevistado, é oferecida no último período do curso. A existência da disciplina não significa que o discurso esteja alinhado à prática, mas já sinaliza um esforço de reflexão neste sentido. Ressalta-se aqui a preocupação da IES B, observada pelos autores des-

te estudo, no oferecimento da disciplina Teoria Administrativa Crítica no último período, quando os discentes têm a possibilidade de revisitar o conteúdo estudado durante todo o curso, por meio da leitura da bibliografia oferecida na disciplina, desenvolvendo assim, um pensamento mais crítico. Cabe, contudo assinalar que, tanto nos objetivos dispostos em seu Projeto Pedagógico quanto no relato do coordenador entrevistado, o enfoque de formação para o mercado se mantém, assim como verificado na IES A. Tal esforço de adequação às diretrizes do mercado parece orientar grande parte da formação dos administradores de um modo geral.

Outro aspecto que merece ser mencionado refere-se à ausência de autores críticos brasileiros nos programas dos cursos analisados, em especial na IES B, que possui uma disciplina de enfoque crítico. Tal fato sugere outra reflexão, no sentido de se pensar a formação de administradores para o contexto brasileiro, que estude os problemas e características locais. Neste sentido, autores como Guerreiro Ramos e Mauricio Tragtenberg teriam muito a contribuir, como já abordado em vários trabalhos, para a construção de um pensamento administrativo à brasileira.

Partindo-se da ideia de que a crítica fundamenta-se no inconformismo com a realidade tal como esta se apresenta, e que o pensamento crítico busca a construção de visões e explicações alternativas do mundo, a formação de indivíduos com uma visão influenciada pelas ideias da Escola de Frankfurt ou dos CMS torna-se uma ameaça para o pensamento organizacional dominante e para a manutenção do status quo gerencialista. Tal mudança teria implicações não apenas na forma como os administradores

se inserem e gerem as organizações, mas nas suas escolhas políticas, o que comprometeria a manutenção de um estado social mais amplo.

Algumas questões se fazem pertinentes, neste contexto, entre elas: até quando os cursos de graduação continuarão a ser meros reprodutores de conceitos e teorias, cultivando ainda mais o pragmatismo? Quando começarão a se questionar e a cultivar uma cultura mais reflexiva e crítica nas salas de aula? O contexto recente do ensino superior no Brasil, onde as universidades são comparadas com cadeias de fast food, conforme apontado por vários autores apresentados ao longo deste artigo, parece orientar o conteúdo dos cursos de administração para uma lógica meramente instrumental e de rápida absorção por parte dos alunos.

Mais uma vez estes questionamentos remetem a outro autor crítico abordado neste estudo: Habermas. Ao fazer uma analogia com suas ideias, verificamos que o predomínio da racionalidade técnica nos currículos de administração pode levar a formação de profissionais com ideologia associada à lógica do capital. O tecnicismo limitado a estudos de casos de sucesso faz com que o aluno tenha uma falsa impressão de que isto é suficiente para a sua formação acadêmica.

As instituições de ensino precisam perceber a necessidade de fazer com que o profissional seja capaz de transformar as organizações e não apenas replicar conceitos e ferramentas experimentadas em outras empresas. Os cursos devem estar voltados para a formação e crescimento do homem nas organizações e não simplesmente para o mercado, como se este mercado fosse autônomo e não resultado da interferência da ação humana.

6. Referências Bibliográficas

AKTOUF, O. **Administração e Teorias das Organizações Contemporâneas: Rumo a um Humanismo-Radical Crítico?** In: Organizações & Sociedade, 8 (21), 2001. P. 13-33.

ALVESSON, M., & DEETZ, S. **Doing Critical Management Research**. London: Sage Publications, 2000.

ALVESSON, M. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. (Vol. 1, cap. 8). São Paulo: Ed. Atlas. 2006. P. 226-264.

ALVESSON, M.; BRIDGMAN, T; WILMOTT, H. Introduction. In: ALVESSON, M.; BRIDGMAN, T; WILMOTT, H. **The Oxford Handbook of Critical Management Studies**. London: Oxford University Press. 2009. P. 1-28

ANDRADE J. A. Estudos Organizacionais Críticos: uma Jornada na Guerra das Estrelas. **Anais do XXXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Set. 2007.

ANDRADE, R.O.B.; ABREU, J.A.R. (orgs.). **Pesquisa Nacional sobre o Perfil, Formação, Atuação e Oportunidade de Trabalho do Administrador**. Brasília: Conselho Federal de Administração. 2006.

ANDRADE, R.O.B.; AMBONI, N. **Teoria Geral da Administração**. Das Origens às Perspectivas Contemporâneas. São Paulo: Ed. Campus Elsevier. 2009

BARCELLOS, R.M.R. ; DELLAGNELO, E.H. L ; SALIES, G.P. Universidade, sociedade e formação do administrador : uma reflexão necessária. **Administração : Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro v.12 n4. Out/Nov/Dez 2011. P.671-696.

BAUMANN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier. 2000.

CHIAVENATO, I . **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier. 2004.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **História da Profissão**. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/arquivos/selecaoitem.php?p=selecaoitem.php&coditem=174>. Acesso em: Recuperado em 28 de junho de 2013, de

DAFT, R. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC. 2002.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Ed. Bookman/Artmed. 2009

GABRIEL, Y. **Organizing Words**. London: Oxford University Press. 2008

HABERMAS, J. Técnica e Ciência como “Ideologia”. In: **Os Pensadores**: Walter Benjamim; Theodor Adorno; Max Horkheimer; Jürgen Habermas. São Paulo: Abril Cultura, 1975

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Critica. In: **Os Pensadores**: Walter Benjamim; Theodor Adorno; Max Horkheimer; Jürgen Habermas. São Paulo: Abril Cultura, 1975

MAXIMINIANO, A.C.A. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Ed. Atlas. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2005**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2013.

MORAIS, L. L. P. **O Ensino da Evolução das Teorias em Organizações através de Manuais**. Anais do XXXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2007.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Editora Atlas.1999

MOTTA, F. A. P. **Teoria Geral da Administração**: uma introdução. São Paulo: Pioneira. 1998.

PAULA, A. P. P; RODRIGUES, M.A. **Pedagogia Crítica no Ensino da Administração**: Desafios e Possibilidades. Anais do XXX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Salvador, BA, Brasil, 2006.

PAULA, A. P. P. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning.2008.

RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1999.

ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva. 2000.

SARAIVA, L. A. S. **O túnel no fim da luz: a educação superior em administração no Brasil e a questão da emancipação**. Anais do XXXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2007.

SCHERER, A.G. **Critical Theory and its contribution to Critical Management Studies**. In: M. ALVESSON, M.; BRIDGMAN, T; WILMOTT. H. The Oxford Handbook of Critical Management Studies. London: Oxford University Press. 2009. P. 29 – 51

SILVA, R.O. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2001.

SIQUEIRA, W. **A Pedagogia da Planilha**. Disponível em: <http://www.admnews.com.br/artigos/academico/a-pedagogia-da-planilha/68442/>. Acesso em 28 de junho de 2013

STONER, J. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC. 2002.

SCHWARTZMAN, J.; SCHWARTZMAN, S. **O ensino superior privado como setor econômico**. Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação. 10, no. 37, 2002. p. 411-440.

VIEIRA, M.M.F.; CALDAS, M.P. **Teoria Crítica e Pós-Modernismo: Principais alternativas à hegemonia funcionalista**. In: CALDAS, M.P.; BERTERO, C.O. Teoria das Organizações. Série RAE-Clássicos. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2006. P. 291-312

WOOD Jr. T. **Abaixo o Pop Management!** Um guia prático para a sobrevivência na selva empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 2003.